

A atuação interdisciplinar na Política de Assistência Social: Desafios no atendimento da rede socioassistencial

Franciele Vizzotto¹
Marisete Camini²

RESUMO – Este artigo discute os resultados de uma pesquisa realizada com os técnicos da equipe interdisciplinar do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), do município de Maravilha/SC, com o objetivo de avaliar o trabalho interdisciplinar na rede de atendimento socioassistencial como forma de avançar na consolidação da Política de Assistência Social. Mediante uso de metodologia qualitativa e através de questionário estruturado com perguntas fechadas e abertas, a pesquisa teve como sujeitos os técnicos do Centro de Referência da Assistência Social, entre eles assistentes sociais, psicólogo e pedagogos. Os resultados apontam que a atuação interdisciplinar é de grande relevância na oferta de serviços socioassistenciais, possibilitando dialogar pontos de vista diferentes, visto que as divergências de opiniões possibilitam pensar estratégias que respondam as demandas individuais e coletivas. Entretanto, ainda é bastante desafiador para os profissionais trabalhar interdisciplinarmente, pois requer uma convivência harmônica entre as abordagens teóricas-metodológicas de cada especialidade, que não fragmente o sujeito usuário da política de Assistência Social.

Palavras-chave: Assistência Social. Rede de Atendimento. Interdisciplinar. Socioassistencial.

ABSTRACT - This article discusses the results of a survey conducted with OS technicians interdisciplinary team of Social Assistance Reference Center (CRAS), the municipality of Wonder / SC, with the objective of evaluating the interdisciplinary work in the service socioassistencial Network In order Next on the Consolidation of social assistance Policy. By use of qualitative methodology and through a structured questionnaire with closed and open questions, the search had as subjects OS technicians Reference Center for Social Assistance between Social workers eels, psychologist and pedagogues. The results indicate an interdisciplinary que Performance And of great relevance in the provision of social assistance services, enabling dialogue viewpoints Different, seen as que Opinions of Divergence enable Thinking Strategies That Demands respond as individuals and Collective. EntreTanto, EVEN And Quite challenging paragraph OS Professionals Working interdisciplinary, as it requires a harmonious coexistence between as theoretical and methodological approaches of each specialty, que NO Fragment Subject User of social assistance policy.

Keywords: Social assistance. Service network; interdisciplinary; social assistance;

1 INTRODUÇÃO

A Política de Assistência Social é um conjunto de ações, que garante a provisão de serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais, proporcionando o acesso aos direitos pelos grupos de risco e vulnerabilidade social, estimulando o potencial das capacidades individuais e coletivas. O objetivo dessa política refere-se a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice; amparo a crianças e adolescentes carentes, integração dos indivíduos no mercado de trabalho; promoção da habilitação/reabilitação da

¹ Psicóloga Clínica e Organizacional. Especialista em Psicologia Organizacional e do Trabalho FURB.

² Professora Adjunta da Universidade do Oeste de Santa Catarina, campus de São Miguel do Oeste. Mestre em Serviço Social PUCRS. Especialista em Direitos Sociais e Competências Profissionais UnB. Especialista em Violência Contra Crianças e Adolescentes USP.

pessoa com deficiência e integração à comunidade, e, garantia dos benefícios necessários aos idosos e às pessoas com deficiência (LOAS, 1993).

A Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS, 1993), juntamente com a Política Nacional de Assistência Social (PNAS, 2004), através do Sistema Único de Assistência Social (SUAS, 2005) e da Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (2009), estruturam estes serviços de acordo com as funções desempenhadas, o público por eles atendidos e sua complexidade.

Portanto, para garantir a oferta desses serviços socioassistenciais é necessário compor uma equipe mínima dentro de cada nível de complexidade de atendimento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), sendo que, essas equipes devem estar comprometidas a desenvolver o trabalho de acordo com a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. Nesta perspectiva de mediar e facilitar o acesso aos serviços socioassistenciais o trabalho interdisciplinar na Política de Assistência Social se torna uma ferramenta excelente, com a articulação de métodos de intervenção enriquece o trabalho e amplia a compreensão, para melhor garantir os direitos de cidadania aos usuários.

A construção do trabalho interdisciplinar na rede de atendimento socioassistencial promove um diálogo entre as diferentes categorias profissionais, enriquecendo a compreensão dos aspectos objetivos e subjetivos inerentes ao convívio e à formação do indivíduo, da coletividade e das circunstâncias que envolvem as diversas situações que se apresentam ao trabalho profissional, fortalecendo a construção do SUAS e a qualificação dos espaços de controle social democráticos. Entretanto, ainda é bastante desafiador para os profissionais trabalhar coletivamente, pois requer uma convivência harmônica entre as abordagens teóricas-metodológicas de cada especialidade, para que possam dialogar e construir intervenções sobre pontos de vistas diferentes.

Deste modo, percebe-se que a Política de Assistência Social evoluiu muito nos últimos anos, mas as equipes inseridas nos Serviços socioassistenciais ainda apresentam bastante dificuldades para trabalhar interdisciplinarmente na rede de atendimento, neste sentido, é preciso refletir sobre este processo de trabalho, os métodos pedagógicos que estão sendo aplicados e as possibilidades de melhorar essa interação entre os profissionais.

Diante disso, pretende-se analisar e refletir sobre os conceitos, significados e diferentes percepções do trabalho interdisciplinar na rede de atendimento socioassistencial de Maravilha, assim como, aprofundar e sugerir métodos pedagógicos, proporcionando uma nova ótica do trabalho em equipe interdisciplinar.

2 CONTEXTUALIZAÇÃO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL COMO POLÍTICA PÚBLICA

A Assistência Social, direito do cidadão e dever do Estado, consiste na Política de Seguridade Social não contributiva, que prevê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas (LOAS, 1993).

A Constituição Federal de 1988 traz uma nova concepção para a Assistência Social brasileira. Incluída no âmbito da Seguridade Social e regulamentada pela Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) em dezembro de 1993, como política social pública, a assistência social inicia seu trânsito para um campo novo: o campo dos direitos, da universalização dos acessos e da responsabilidade estatal. A LOAS cria uma nova matriz para a política de assistência social, inserindo-a no sistema do bem-estar social brasileiro concebido como campo de Seguridade Social, configurando o triângulo juntamente com a saúde e a previdência social (BRASIL, 2004).

A LOAS, PNAS\2004 e NOB\SUAS são os marcos legais da Assistência Social, e expressam mudança de paradigma na área, definida como política pública com capilaridade nacional e como direito social, fundado no princípio democrático do controle social e da descentralização política e administrativa, cujas ações, visando superar a fragmentação e segmentação, tomam a família como estratégia de organização dos serviços, como um dos sujeitos beneficiários da assistência social e alvo de trabalho socioeducativo (TEIXEIRA, 2010).

Com a regulamentação da LOAS, a assistência social passou a ter caráter de política pública, onde os programas devem ter continuidade, o direito assegurado por lei, em prol da transformação e da autonomia dos usuários, respeitando-os como cidadãos que agem, pensam e participam, ou seja, os programas de projetos devem se concretizar não somente para as pessoas, mas com as pessoas (COUTINHO; MERIGO, 2010).

Entre seus beneficiários destacam-se, além da família, cidadãos e grupos que se encontram em situação de vulnerabilidade e risco, tais como: Famílias e indivíduos com perda ou fragilidade de vínculos de afetividade, pertencimento e sociabilidade; ciclos de vida; identidades estigmatizadas em termos étnicos, cultural e sexual; desvantagem a pessoal resultante de deficiência; exclusão pela pobreza e/ou no acesso às demais políticas públicas; uso de substâncias psicoativas; diferentes formas de violência advinda do núcleo familiar, grupos e indivíduos; inserção precária ou não inserção no mercado de trabalho formal e

informal; estratégias e alternativas diferenciadas de sobrevivência que podem representar risco pessoal e social (BRASIL, 2004).

Tudo isso significa que a situação atual para a construção da política pública de assistência social precisa levar em conta três vertentes de proteção social: as pessoas, as suas circunstâncias e dentre elas seu núcleo de apoio primeiro, isto é, a família. A proteção social exige a capacidade de maior aproximação possível do cotidiano da vida das pessoas, pois é nele que riscos, vulnerabilidades se constituem (BRASIL, 2004).

2.1. SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS DO SUAS

O Sistema de Proteção Social, segundo a Plano Nacional de Assistência Social, divide-se em Proteção Social Básica e Proteção Social Especial de alta e média complexidade.

De acordo com o preconizado pela PNAS (2004) a Proteção Social Básica possui caráter preventivo com enfoque no fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários. A proteção social básica tem como objetivos prevenir situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Destina-se à população que vive em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, dentre outros) e, ou, fragilização de vínculos afetivos - relacionais e de pertencimento social (discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiências, dentre outras).

Prevê o desenvolvimento de serviços, programas e projetos locais de acolhimento, convivência e socialização de famílias e de indivíduos, conforme identificação da situação de vulnerabilidade apresentada. Deverão incluir as pessoas com deficiência e ser organizados em rede, de modo a inseri-las nas diversas ações ofertadas. Os benefícios, tanto de prestação continuada como os eventuais, compõem a proteção social básica, dada a natureza de sua realização (BRASIL, 2004).

O Centro de Referência da Assistência social (CRAS) é a unidade que executa serviços de proteção social básica, organiza e coordena a rede de serviços socioassistenciais locais da política de assistência social. Os profissionais do CRAS atuam com famílias e indivíduos em seu contexto comunitário, visando a orientação e o convívio sócio familiar e comunitário. Neste sentido é responsável pela oferta do Programa de Atenção Integral às Famílias. Na proteção básica, o trabalho com famílias deve considerar novas referências para a compreensão dos diferentes arranjos familiares, superando o reconhecimento de um modelo único baseado na família nuclear, e partindo do suposto de que são funções básicas das

famílias: prover a proteção e a socialização dos seus membros; constituir-se como referências morais, de vínculos afetivos e sociais; de identidade grupal, além de ser mediadora das relações dos seus membros com outras instituições sociais e com o Estado (BRASIL, 2004).

A Proteção Social Especial de Média Complexidade prevê serviços, programas e projetos para a atenção especializada de pessoas ou famílias com direitos violados e vínculos familiares e/ou comunitários fragilizados. Conforme a PNAS, a proteção social especial é a modalidade de atendimento assistencial destinada a famílias e indivíduos que se encontram em situação de risco pessoal e social, por ocorrência de abandono, maus tratos físicos e, ou, psíquicos, abuso sexual, uso de substâncias psicoativas, cumprimento de medidas socioeducativas, situação de rua, situação de trabalho infantil, entre outras. São serviços que requerem acompanhamento individual, e maior flexibilidade nas soluções protetivas. Da mesma forma, comportam encaminhamentos monitorados, apoios e processos que assegurem qualidade na atenção protetiva e efetividade na reinserção almejada (BRASIL, 2004).

Por fim, a Proteção Social Especial de Alta Complexidade volta-se à pessoas e famílias em situação de risco com rompimento dos vínculos familiares e/ou cuja fragilidade requeira o afastamento do convívio familiar devendo ser garantido a provisão de atendimento integral.

De acordo com a PNAS, os serviços de proteção social especial de alta complexidade são aqueles que garantem proteção integral – moradia, alimentação, higienização e trabalho protegido para famílias e indivíduos que se encontram sem referência e, ou, em situação de ameaça, necessitando ser retirados de seu núcleo familiar e, ou, comunitário. (BRASIL, 2004).

2.3. O TRABALHO INTERDISCIPLINAR NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

O trabalho ofertado pela Política de Assistência Social deve ser pautado na articulação entre as profissões, possibilitando um diálogo plural acerca dos riscos e vulnerabilidades vividos pelos usuários da política, essa comunicação entre os saberes se torna essencial para que seja possível a construção de novos olhares que vão possibilitar estratégias para os diversos aspectos da realidade.

De acordo com o caderno Gestão do trabalho no âmbito do Sistema único de Assistência Social (SUAS), as equipes presentes nesta Política reúnem profissionais de várias áreas, com conhecimentos e habilidades que se complementam e, portanto, multiprofissionais ao partilhar conhecimentos e ações, a equipe condensa uma unidade de diversidades. Isto significa que cada profissional contribui com suas visões particulares de observação na interpretação dos

processos sociais e uma competência também distinta para o encaminhamento das ações. Assim, a equipe não cria uma identidade entre seus participantes que poderia levar a diluir SUAS particularidades profissionais. São as diferenças de saberes especializados que permitem atribuir unidade à equipe, enriquecendo-a e, ao mesmo tempo, preservando as diferenças (BRASIL, 2011).

É importante ressaltar que as particularidades de cada profissão não se diferenciam pelo uso de determinados instrumentais. No trabalho social, muitos instrumentos são comuns, como a entrevista, a reunião, a visita domiciliar, o relatório, o prontuário, entre outros, e muitas vezes são utilizados em conjunto. O que caracteriza cada uma, com efeito, é o conjunto de saberes específicos que somados e multiplicados aos saberes dos outros profissionais enriquecem a leitura da realidade, do contexto, do território e o planejamento das intervenções. [...] A ênfase, reiteramos, não é atribuída aos procedimentos, mas às aquisições dos usuários e aos impactos produzidos na sua convivência, na sua autonomia, nas SUAS condições de vida, na sua cidadania. E o grupo se torna equipe na medida em que se dispõe a compartilhar objetivos, decisões, responsabilidades e resultados, definidos com clareza e de forma também compartilhada (BRASIL, 2011, p. 98).

Conforme descrito no caderno de Orientações Técnicas do Centro de Referência da Assistência Social o enfoque interdisciplinar é adotado como processo de trabalho, a partir da compreensão de que o principal objeto de ação da política de assistência social - as vulnerabilidades e riscos sociais - não são fatos homogêneos e simples, mas complexos e multifacetados, que exigem respostas diversificadas alcançadas por meio de ações contextualizadas e para as quais concorrem contribuições construídas coletivamente e não apenas por intermédio do envolvimento individualizado de técnicos com diferentes formações (BRASIL, 2009, p.64).

A interdisciplinaridade é um processo de trabalho recíproco, que proporciona um enriquecimento mútuo de diferentes saberes, que elege uma plataforma de trabalho conjunta, por meio da escolha de princípios e conceitos comuns. (...) É um processo dinâmico, consciente e ativo, de reconhecimento das diferenças e de articulações de objetos e instrumentos de conhecimento distintos, que contribui para a superação do isolamento dos saberes (BRASIL, 2009, p.65).

A Política de Assistência Social destaca que a produtividade e a qualidade dos serviços oferecidos à sociedade no campo das políticas públicas estão relacionados com a forma e as condições como são tratados os recursos humanos. Mas o tema recursos humanos não tem sido matéria prioritária de debate e formulações, a despeito das transformações ocorridas no mundo do trabalho e do encolhimento da esfera pública do Estado, implicando precarização das condições de trabalho e do atendimento à população. A inexistência de debate sobre os recursos humanos tem dificultado também a compreensão acerca do perfil do servidor da assistência social, da constituição e composição de equipes, dos atributos e qualificação necessários às ações de planejamento, formulação, execução, assessoramento,

monitoramento e avaliação de serviços, programas, projetos e benefícios, do sistema de informação e do atendimento ao usuário desta política. (BRASIL, 2004).

Com a aprovação da Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004, da Norma Operacional Básica – NOB/SUAS/2005 e da Norma Operacional Básica – NOB/RH/SUAS/2006, a partir das quais foram definidas as normas e diretrizes para a estruturação da Política de Assistência Social Brasileira, a reflexão sobre a atuação interdisciplinar e multiprofissional tornou-se imprescindível, na medida em que houve o estabelecimento de exigências no sentido da composição das equipes técnicas formadas por assistentes sociais, psicólogos e outras profissões. (COUTINHO; MERIGO, 2010).

As abordagens das diferentes profissões inseridas no Sistema Único de Assistência Social podem somar-se com o intuito de assegurar uma intervenção interdisciplinar capaz de responder a demandas individuais e coletivas, com vistas a defender a construção de uma sociedade livre de todas as formas de violência e de exploração de classe, gênero, etnia e orientação sexual (CARTILHA CFESS, 2011).

Ao integrar a equipe dos/as trabalhadores/as no âmbito da política de Assistência Social, os/as profissionais podem contribuir para criar ações coletivas de enfrentamento a essas situações, com vistas a reafirmar um projeto ético e sociopolítico de uma nova sociedade, que assegure a divisão equitativa da riqueza socialmente produzida (CARTILHA CFESS, 2011).

Conforme Coutinho e Merigo (2010) com a análise do desenvolvimento, da operacionalização e os objetivos dos programas e ações socioassistenciais, observou-se que o trabalho interdisciplinar constitui-se em condição intrínseca do trabalho, onde as profissões envolvidas devem interagir, discutir, criar métodos, levantar dados sócio-histórico-políticos, preservando as suas identidades profissionais e contribuindo com métodos e estudos para uma compreensão e atuação ampliadas do objeto.

Como reforça Ferreira Neto (2009), no que se refere à intervenção psicossocial em equipe, ela se constrói no compartilhamento de saberes, inclusive os *populares*, com a finalidade de dialogá-los e produzir novas formas de atuação, rompendo com práticas instituídas.

Conforme descrito na cartilha de Parâmetros para atuação de assistentes sociais na Política de Assistência Social, para realizar que a atuação interdisciplinar aconteça correm alguns desafios que precisam de reflexão e uma construção de estratégias que nos aproxime dessa prática.

Em virtude dos desafios impostos na atuação interdisciplinar na política de Assistência Social, considera-se importante a criação de espaços, no ambiente de trabalho, que possibilitem a discussão e reflexão dos referenciais teóricos e metodológicos que subsidiam o trabalho profissional e propiciem avanços efetivos, considerando as especificidades das demandas, das equipes e dos/as usuários/as. A construção do trabalho interdisciplinar impõe aos/as profissionais a realização permanente de reuniões de planejamento e debates conjuntos, a fim de estabelecer as particularidades da intervenção profissional, bem como definir as competências e habilidades profissionais em função das demandas sociais e das especificidades do trabalho. (CARTILHA CFESS, 2011, p. 25).

Ainda de acordo com a Cartilha (2011), os profissionais podem instituir parâmetros de intervenção que se pautem pelo compartilhamento das atividades, convivência não conflituosa das diferentes abordagens teórico- metodológicas que fundamentam a análise e intervenção da realidade e estabelecimento do que é próprio e específico a cada profissional na realização de estudos socioeconômicos, visitas domiciliares, abordagens individuais, grupais e coletivas.

Diante disso, a atuação interdisciplinar requer construir uma prática político-profissional que possa dialogar sobre pontos de vista diferentes, aceitar confrontos de diferentes abordagens, tomar decisões que decorram de posturas éticas e políticas pautadas nos princípios e valores estabelecidos nos Códigos de Ética Profissionais. A interdisciplinaridade, que surge no processo coletivo de trabalho, demanda uma atitude ante a formação e conhecimento, que se evidencia no reconhecimento das competências, atribuições, habilidades, possibilidades e limites das disciplinas, dos sujeitos, do reconhecimento da necessidade de diálogo profissional e cooperação (CARTILHA CFESS, 2011).

Embora Serviço Social e Psicologia, sejam as áreas principais com profissionais inseridos no SUAS, e que possuam acúmulos teórico-políticos diferentes, o diálogo entre essas categorias profissionais no processo de intervenção congregará reflexão crítica, participação política, compreensão dos aspectos objetivos e subjetivos inerentes ao convívio e à formação do indivíduo, da coletividade e das circunstâncias que envolvem as diversas situações que se apresentam ao processo de trabalho profissional. É possível construir, a partir dessa ação interdisciplinar, um cenário de discussão sobre responsabilidades e possibilidades na construção de uma proposta ético-política e profissional que não fragmente o sujeito usuário da política de Assistência Social. O trabalho em equipe não pode negligenciar a definição de responsabilidades individuais e competências, e deve buscar identificar papéis, atribuições, de modo a estabelecer objetivamente quem, dentro da equipe multidisciplinar, encarrega-se de determinadas tarefas. (CARTILHA CFESS, 2011).

A atuação articulada entre os profissionais psicólogo e assistente social do CRAS requerem uma prática em que se possa dialogar sobre olhares diferentes acerca de um mesmo

objeto e aceitar confrontos de diferentes abordagens. A troca de experiências e a interlocução entre eles possibilitam promover o entendimento, buscar alternativas e soluções, acompanhar o trabalho desenvolvido pelos outros profissionais e discutir barreiras enfrentada. É na discussão e reflexão sobre o papel profissional adquirido no cotidiano que passa a ser observado um espaço de aprendizado para compreender os motivos, fundamentar as intervenções, investigar as informações (CREPOP, 2007).

Alguns obstáculos à prática da interdisciplinaridade são apresentados por Proust (1993, apud AIUB, 2006 p. 8-9), a partir de suas pesquisas: o primeiro consiste no que ele denomina “espírito de paróquia”, ou seja, a tendência a privilegiar sua metodologia, desqualificando as demais. Ocorre como se valorizássemos nossa disciplina, entendida como área do saber, mais do que qualquer outra. Assim sendo, que motivos teríamos para estabelecer um trabalho interdisciplinar? Se, por exemplo, o problema do paciente é de ordem fisiológica, em que um profissional da psicologia poderia ajudar? Por que permitir que profissionais de outras áreas, que nada tem a ver com a minha disciplina interfiram em meu trabalho? Este exemplo denota o olhar fragmentado. O foco é a doença, que é de ordem fisiológica, mas ela encontra-se em um ser humano, que possui outras dimensões que extrapolam os limites da fisiologia. Um trabalho interdisciplinar permitiria uma abordagem mais ampla, e conseqüentemente, ofereceria mais elementos para o paciente lidar com suas dificuldades.

“O segundo obstáculo relatado por Proust (PROUST, 1993, apud AIUB, 2006) diz respeito à “perda informacional”, traduz o receio de perda de informação e de banalização do saber. Como posso utilizar métodos de outras disciplinas? Isso descaracterizaria a minha disciplina, que poderia ser banalizada. De fato, o risco da banalização é constante, mas não há relação direta entre interdisciplinaridade e banalização. Interdisciplinaridade equivale a interpretação entre disciplinas, transferência de métodos entre as diferentes disciplinas, enquanto banalização corresponde à inexistência de métodos, tratando-se de uma abordagem de senso comum. Aproximar esses conceitos revela, mais uma vez, o olhar fragmentado: para um trabalho sério, com conteúdo adequado, é necessário especializar-se e, conseqüentemente, saber tudo o que for possível acerca do objeto delimitado. Esquecesse que este objeto delimitado está inserido em um universo, em relação com outros objetos, e, principalmente, que as questões humanas são advindas deste universo ou da relação que estabelecemos com ele.”

3 MATERIAL E MÉTODO

A construção deste artigo deu-se através de uma abordagem qualitativa de investigação, que segundo Richardson (1999), justifica-se, sobretudo, por ser uma forma adequada para entender a natureza de um fenômeno social. Os estudos que empregam uma metodologia qualitativa podem descrever a complexidade de determinado problema, analisar

a interação de certas variáveis, compreender e classificar processos dinâmicos vividos por grupos sociais.

A pesquisa também se configura como exploratória e dialética. Para Strieder (2009), a pesquisa exploratória tem como meta proporcionar maior familiaridade com o problema, visando torna-lo explícito ou possibilitar a construção de hipóteses, ela envolve levantamento bibliográfico, entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema proposto ou a análise de exemplos que estimulem a compreensão.

Para a construção de embasamento teórico do tema, foi utilizada a pesquisa bibliográfica, com o interesse de resgatar conceitos, significados e diferentes visões sobre o processo de trabalho interdisciplinar da rede de atendimento socioassistencial. Conforme Strieder (2009), esse procedimento é elaborado a partir do material já publicado, constituído principalmente de livros, artigos de periódicos e, atualmente, com material disponibilizado na internet.

Objetivando integrar os dados obtidos na pesquisa bibliográfica, foi utilizada a pesquisa de campo para perceber a realidade vivenciada pelos profissionais e a refletir sobre possibilidades para a melhoria da oferta dos serviços socioassistenciais através do trabalho interdisciplinar. Segundo Gonsalves (2001, p.67 apud PIANA, 2009), a pesquisa de campo é o tipo de pesquisa que pretende buscar a informação diretamente com a população pesquisada.

Os dados foram coletados por meio de questionário estruturado com perguntas fechadas e abertas, o qual foi entregue aos técnicos de nível superior da rede de atendimento socioassistencial do Centro de Referência da Assistência Social de Maravilha/SC, sendo eles: psicólogo, assistente social e pedagogo. Esse conjunto de trabalhadores é denominado “equipe de referência do CRAS” e sua composição é regulada pela NOB-RH\SUAS, sendo esses, responsáveis pela implementação do PAIF, de serviços e projetos de proteção social básica, nos CRAS ou unidades operacionais da assistência social no município. A Unidade foi escolhida para dar embasamento empírico e suscitar maiores reflexões e questionamentos em torno da atuação interdisciplinar desses profissionais que ofertam serviços socioassistenciais.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Ao empreender a coleta de dados obtêm-se as mais variadas respostas; estas, por sua vez, para que possam ser adequadamente analisadas, necessitam ser organizadas, o que é realizado mediante o seu agrupamento em certo número de categorias. Diante disso, a análise tem como objetivo organizar e sumariar os dados de tal forma que possibilitem o

fornecimento de respostas ao problema proposto para investigação. Já a interpretação tem como objetivo a procura do sentido mais amplo das respostas, o que é feito mediante sua ligação a outros conhecimentos anteriormente obtidos (GIL, 1999).

Para tanto, neste item será apresentada análise dos resultados obtidos através da pesquisa realizada com os profissionais que atuam no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) do município de Maravilha/SC, unidade da rede de atendimento socioassistencial do município de Maravilha escolhida para dar embasamento empírico aos questionamentos.

Conforme já abordado anteriormente, a Política de Assistência Social suscita de um trabalho interdisciplinar que contribua para as práticas sociais que são desenvolvidas no atendimento às demandas e necessidades sociais. Transcender a mera reprodução de ações é uma necessidade premente que se faz urgente, sob pena de reproduzirmos ações que cumprem um requisito mas que não atende às necessidades da realidade, dado o caráter dialético da sociabilidade humana.

Diante disso, após uma análise cuidadosa dos dados obtidos através do questionário, organizou-se as informações a partir de duas categorias que serão apresentadas a seguir:

a) A contribuição da interdisciplinaridade no atendimento socioassistencial

Quando se discute a respeito da interdisciplinaridade, percebe-se que ela contribui e enriquece os atendimentos na rede socioassistencial, assim como, estimula a interação e comunicação entre os profissionais, proporcionando uma compreensão do mesmo problema através de diversos olhares, ou seja, não há dúvidas que essa prática amplia horizontes e desencadeia maiores possibilidades para um atendimento eficiente no campo da assistência social. Importa refletir também o fato de que a ação interdisciplinar contribui sobremaneira para a efetivação dos direitos do usuário que requer os serviços socioassistenciais.

Conforme Santiago (2014), “a interdisciplinaridade é a relação entre as diversas áreas do conhecimento que buscam a construção de novas descobertas que vão possibilitar estratégias para os diversos aspectos da realidade”. É pensando nessa abordagem que essa complementariedade entre os profissionais faz muito sentido e torna-se de grande valor na oferta de serviços socioassistenciais, possibilitando um diálogo plural acerca da conjuntura vivida pelos usuários da política.

De acordo com os sujeitos da pesquisa, o trabalho interdisciplinar se mostra de grande relevância, já que assegura uma intervenção capaz de responder as demandas:

A: “Diversos saberes trocando informações e buscando responder da melhor forma possível, a intervenção torna-se efetiva, pois várias questões foram debatidas...”

B: “Ouvindo os mais diversos profissionais e trabalhando com essas informações torna-se um trabalho completo”.

Neste contexto, Santiago (2014) afirma que, o trabalho interdisciplinar permite a relação e a articulação entre as várias áreas do conhecimento, possibilitando assim o diálogo entre pontos de vista que se confrontam para o surgimento de novas ideias e saberes, que vão contribuir para uma ação mais articulada na efetivação das políticas públicas.

Quanto à existência do trabalho interdisciplinar na rede de atendimento socioassistencial de Maravilha:

A: “Cada setor/projeto/ por si... [...] ”Através da troca de informação, mas não se senta para discutir caso por caso.

B: “Em partes. Em alguns momentos e atendimentos existem, mas muitas vezes não existe”.

D: “Infelizmente cada setor acaba fazendo o seu atendimento, sem compartilhar em rede.”

As respostas dos técnicos demonstraram que o atendimento interdisciplinar na rede de atendimento do município de Maravilha não tem acontecido de forma efetiva, somente ocorrem trocas de informações entre os profissionais da rede quando é necessário. Cada setor trabalha isoladamente, com dificuldades de usufruir e articular os saberes profissionais que poderiam enriquecer os atendimentos oferecidos pela Assistência Social.

Assim, percebemos que as demandas que chegam aos serviços socioassistenciais, apesar de exigirem uma interação maior entre os profissionais, não somente da equipe, mas da rede de atendimento, não faz necessariamente acontecer uma atuação interdisciplinar, entendemos que esse processo ainda é falho dentro da Política da Assistência Social.

Para tanto, faz-se necessário que os profissionais traduzam a legislação de modo a dar efetividade a necessidade do usuário. Pensar e agir para além do que está posto ou do que é dito pelo usuário configurará o sentido de inovação e da não reprodução de práticas conservadoras. O princípio da transformação nas políticas públicas, em especial na assistência social, contém uma exigência que acompanha toda a inovação do disposto na legislação. Assim, o que se espera é uma ação interdisciplinar que atenda aos parâmetros conceituais, pois a lei e os ordenamentos apontam para essa direção.

b) A atuação interdisciplinar: compreensões e desafios a partir dos sujeitos da pesquisa

É por meio de uma ação articulada que se torna possível responder a complexidade das necessidades e dos problemas apresentados pela situação de vulnerabilidade dos usuários da assistência social, por isso a atuação interdisciplinar tem a perspectiva de redimensionar as intervenções específicas, ampliando o padrão de qualidade e a efetividade das ações desenvolvidas. Mas para esse trabalho acontecer, os profissionais envolvidos precisam primeiramente compreender exatamente qual é seu objetivo de intervenção profissional dentro dessa equipe que envolve distintas categorias, com saberes diferenciados.

Sendo assim, para atuação interdisciplinar nesta política pública é necessário que o profissional elimine as barreiras do preconceito, evitando concluir que sua metodologia é a melhor, permitindo assim que ocorra respeito da subjetividade de cada profissional, e do seu conhecimento específico, e em contrapartida possibilite a realização do trabalho de maneira articulada, construindo uma prática dialética.

Portanto, conforme (SANTIAGO, 2014), para a efetivação de uma prática na perspectiva interdisciplinar, percebe-se que alguns desafios precisam ser superados, pois o “compartilhamento de saberes é um processo nem sempre fácil de ser percorrido, e os resultados não estão postos: é preciso que os profissionais incorporem uma postura interdisciplinar que os tire da zona de conforto, promovendo atitudes coletivas junto aos movimentos organizados e aos não organizados. Requer um profissional que tenha uma abordagem que contribua com o fortalecimento do caráter protetivo das famílias, rompendo com a visão assistencialista que culpabiliza as famílias e seus membros.

Conforme as contribuições dos técnicos alguns desafios precisam ser superados para que o trabalho interdisciplinar comece a ser efetivado nos serviços ofertados:

D: Se pensarmos em rede, muitos obstáculos, desde a falta de conhecimento, dificuldades de comunicação, entre outros. Se formos pensar em cada equipe de cada setor, menos. [...] Quando os direitos e interesses do usuário forem colocados em primeiro plano, acredito que seja possível acontecer uma atuação interdisciplinar de verdade.”

B: “Muitas dificuldades, muitas vezes por falta de conhecimento e acesso a informação. Falta de encontros para discutir, estudos, leituras, análises;

A: “O maior desafio é que cada profissional vem com sua história, que são enraizadas, não abrindo espaço para a troca de saberes, dificultando o trabalho interdisciplinar”.

C: “Sempre há casos que necessitam de maior atenção e busca por soluções adequadas. A falta de comunicação é um grande fator.”

Como pode ser percebido, os maiores desafios para realizar uma prática interdisciplinar na rede de atendimento refere-se a falta de comunicação e conhecimento,

assim como a ausência de espaços de diálogos e trocas de informações, o que dificulta a viabilização da construção ampla de intervenção e enfrentamento da realidade social.

Algumas práticas e métodos podem possibilitar a reflexão e discussão da equipe interdisciplinar, para que seja explorado intervenções mais adequados aos usuários, entre elas estão os estudos de casos, reuniões de equipe ou com a rede de atendimento, afim de realizar planejamentos e encaminhamentos mais adequados, instituindo deste modo, parâmetros de intervenção e abordagens metodológicas que conversem entre si, estabelecendo o que é próprio da profissão e as atividades que podem ser compartilhadas.

Neste sentido, conforme registrado nos Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais na Política de Assistência Social, em virtude dos desafios impostos na atuação interdisciplinar na política de Assistência Social, considera-se importante a criação de espaços, no ambiente de trabalho, que possibilitem a discussão e reflexão dos referenciais teóricos e metodológicos que subsidiam o trabalho profissional e propiciem avanços efetivos, considerando as especificidades das demandas, das equipes e dos/as usuários/as. A construção do trabalho interdisciplinar impõe aos/às profissionais a realização permanente de reuniões de planejamento e debates conjuntos, a fim de estabelecer as particularidades da intervenção profissional, bem como definir as competências e habilidades profissionais em função das demandas sociais e das especificidades do trabalho (Cartilha CFESS, 2011).

Ao investigar sobre esse aspecto, questionamos qual método a equipe tem utilizado para possibilitar uma a atuação interdisciplinar, se realiza reuniões de planejamento para discussão e reflexão dos métodos, se faz estudos de casos pra compreender e explorar as situações e contextos mais complexos vivenciados pelos usuários. Colhemos as seguintes respostas:

A: “Inicialmente com atendimento psicossocial, após visita e possíveis encaminhamentos e posterior acompanhamento, se necessário, tudo que é realizado possui registro entre a equipe.”

D: É quando a equipe discute possíveis ações e encaminhamentos para definirmos casos. [...] “No CRAS as reuniões são mensais, mas da rede socioassistencial não temos.”

B: “Visitas, relatórios, troca de informação.

Ao se questionar-se aconteciam articulações intersetoriais na rede de atendimento socioassistencial, as respostas foram as seguintes:

D: “Quando se faz necessário para que ocorra troca de informações que possibilitem o atendimento.”

A: “Acontece, através de troca de informações, mas não se senta para discutir caso por caso.

B: “Às vezes...”

C: “Provavelmente ocorre sim, mas não tenho conhecimento...”

E: “Provavelmente ocorre sim, mas não sei especificar como é feito em detalhes.”

Diante do exposto, nota-se que os técnicos não tem bem definido como está sendo o processo de trabalho dos profissionais inseridos dentro da rede de atendimento da Política de Assistência Social. Sendo que, somente realizam trocas de informações entre os profissionais da rede quando se torna necessário, o que dificulta a criação de ações coletivas de enfrentamento às diversas realidades enfrentadas pelos usuários. Mas em contrapartida, conforme os técnicos, algumas ações são realizadas pela equipe do CRAS, como reuniões mensais, discussões e trocas de informação sobre possíveis intervenções, o que os aproximam de uma prática mais conjunta e articulada.

Portanto, nota-se que é preciso avançar enquanto equipe interdisciplinar na rede de atendimento socioassistencial e refletir sobre como efetivar ações compartilhadas que contribuam para um atendimento cada vez mais eficaz e abrangente, que estabeleça conexões e diálogos entre as profissões, agregando e garantindo novas construções de intervenções às demandas que chegam aos serviços socioassistenciais. Não é possível que atualmente ainda se mantenham as dúvidas sobre a ação interdisciplinar pois há um debate teórico muito presente sobre. Isso posto, afirma-se que a atuação interdisciplinar é uma exigência e os profissionais que não procedem nessa direção não terão espaço para permanecer na intervenção.

5 CONCLUSÃO

Este artigo foi construído com o objetivo de avaliar o trabalho interdisciplinar na rede de atendimento socioassistencial do município de Maravilha para avançar na consolidação da Política de Assistência Social. Tinha-se intuito, primeiramente, de entender teoricamente o significado de interdisciplinaridade, analisar o trabalho socioassistencial e a importância da comunicação e interação da rede de atendimento para a oferta dos serviços, assim como, identificar como funciona a integração do trabalho interdisciplinar da rede de atendimento e levantar estratégias para melhorar a dinâmica de atendimento e os métodos da rede interdisciplinar nos serviços socioassistenciais em Maravilha/SC.

Diante do aporte teórico-conceitual, buscou-se por meio do questionário semiestruturadas realizadas com cinco profissionais, entre eles psicólogos, assistentes sociais e pedagogos do CRAS do município de Maravilha/SC, a fim de responder ao problema de pesquisa: O trabalho interdisciplinar está acontecendo na rede de atendimento socioassistencial de Maravilha/SC?

Verificou-se que, nas políticas públicas estão inserindo diferentes profissionais nas equipes de referência justamente para propor uma nova dinâmica de atendimento, proporcionando uma compreensão diferenciada, a qual percebe o usuário de forma completa, e consegue dialogar a partir de pontos de vistas diferentes. Mas, a partir da análise dos questionários é possível concluir, que a realidade sobre a interdisciplinaridade não acompanha a posta na teoria. Existem muitas dificuldades em trabalhar em equipe, ainda é preciso avançar muito para que exista um trabalho interdisciplinar, que supere a falta de comunicação entre os profissionais, que possibilite o entendimento, a busca por alternativas e soluções mais eficazes, que atenda de forma mais ampla as demandas dos usuários da Política de Assistência Social.

Concluído este trabalho, sugere-se maior atenção aos profissionais da Assistência Social, fornecendo mais aportes teóricos e cursos de aperfeiçoamento no que se refere às possibilidade de atuação interdisciplinar, além do desenvolvimento de maior número de produções bibliográficas sobre os temas interdisciplinaridade na rede de atendimento da Política de Assistência Social, por considerar fundamental a troca de saberes entre os profissionais de diferentes áreas do conhecimento, possibilitando um atendimento mais abrangente aos usuários. Importante que cada profissional se reconheça na sua necessidade e possa definir a intensidade de estudos que deve ser realizada com o único propósito de atender aos direitos dos indivíduos que são usuários da assistência social.

6 REFERÊNCIAS

AIUB, Monica. **Interdisciplinaridade: da origem à atualidade**. São Paulo: 2006.

ALMEIDA, Katia de; et al. **Análise da evolução da metodologia utilizada nos artigos publicados na revista: contabilidade & finanças – USP**. São Paulo, 2007. Disponível em: <http://www.ead.fea.usp.br/semead/12semead/resultado/trabalhosPDF/642.pdf>. Acesso: 17 set de 2015.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS). **Resolução nº 145 de 15 de outubro de 2004. Política Nacional de Assistência Social – PNAS**. Brasília, 2004.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **GESTÃO DO TRABALHO NO ÂMBITO DO SUAS: Uma contribuição necessária para ressignificar as ofertas e consolidar o direito socioassistencial**. -- Brasília, DF: MDS; Secretaria Nacional de Assistência Social, 2011.

BRASIL. Lei n. 8.742, de 7.12.1993. **Lei Orgânica da Assistência Social- LOAS**. Brasília, 1993.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Sistema Único de Assistência Social – Proteção Social Básica – **CRAS. Orientações Técnicas para os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS)**. Brasília, 2007.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Orientações Técnicas: Centro de Referência de Assistência Social – CRAS**. 1. ed. Brasília, 2009.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Resolução CNAS n° 109, de 11 de Novembro de 2009. **Aprova a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais**, DOU, n° 225, de 25 de novembro de 2009.

CARTILHA CFESS. **Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais na Política de Assistência Social**. Brasília (DF) – 2011.

COUTINHO, Valéria Regina; MERIGO, Janice. **A atuação do psicólogo na política nacional de assistência social e especialmente nos centros de referência da assistência social**. Florianópolis, 2010.

CENTRO DE REFERÊNCIA TÉCNICA EM PSICOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS (CREPOP). **Referência técnica para atuação do (a) psicólogo(a) no CRAS/SUAS / Conselho Federal de Psicologia (CFP)**. Brasília, CFP, 2007.

DINIZ, Célia Regina; SILVA, Iolanda Barbosa da. **Metodologia científica**. Campina Grande - Natal: UEPB/UFRN - EDUEP, 2008.

GIL, A .C. Métodos e técnicas de pesquisa social. 5.ed. São Paulo: Atlas, 1999.

SILVA, Amanda Maria Dos Santos; et al. **Interdisciplinaridade no Serviço de Proteção Social Especial para pessoas com deficiência e suas famílias**. Londrina, 2013.

PIANA, MC. **A construção do perfil do assistente social no cenário educacional** [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. Disponível: [http://www.cairu.br/portal/arquivos/biblioteca/EBOOKS/SS/Construcao do perfil do assistente_social.pdf](http://www.cairu.br/portal/arquivos/biblioteca/EBOOKS/SS/Construcao_do_perfil_do_assistente_social.pdf). Acesso: 12 set. 2015.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa Social: Métodos e Técnicas**. São Paulo: Atlas, 1999.

SANTIAGO, Amanda dos Santos. **Interdisciplinaridade na Política de Assistência Social: desafios no atendimento às demandas socioassistenciais** Florianópolis, 2014.

TEIXEIRA, Solange Maria. **Trabalho Interdisciplinar nos CRAS: um novo enfoque e trato à pobreza?** Teresinha, 2010.